

STJ00113890

Teresa Arruda Alvim

NULIDADES DO
PROCESSO E DA SENTENÇA

11ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Mariane Cordeiro e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arruda Alvim, Teresa

Nulidades do processo e da sentença / Teresa Arruda Alvim. -- 11. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-912-7

1. Julgamentos 2. Nulidades (Direito) I. Título

21-92547

CDU-347.933:347.951(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Nulidades da sentença : Direito processual 347.933:347.951(81)
2. Brasil : Sentenças : Nulidades processuais : Direito processual 347.933:347.951(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

NOTA À 11.ª EDIÇÃO.....	7
PESQUISA, ESTRUTURAÇÃO E REVISÃO.....	11
NOTA INTRODUTÓRIA.....	17
01. SENTENÇA.....	21
1.1. Conceito de sentença.....	21
1.1.1. Sentença e extinção da fase cognitiva do procedimento comum, do processo, do procedimento?.....	21
1.1.2. A sentença não pode mais ser identificada exclusivamente a partir de seu conteúdo.....	26
1.1.3. Distinção entre sentenças, decisões interlocutórias e despachos – Comprometimento do princípio da correspondência entre decisões e recursos cabíveis.....	27
1.2. Sentenças processuais típicas.....	38
1.2.1. Noções gerais.....	38
1.2.2. Pressupostos processuais.....	42
1.2.2.1. Jurisdição – Competência e imparcialidade.....	43
1.2.2.2. “Capacidade” postulatória – Capacidade e legitimidade processual das partes.....	46
1.2.2.3. Petição inicial – Petição inicial apta.....	54
1.2.2.4. Citação – Citação válida.....	55
1.2.3. Condições da ação.....	59
1.2.3.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	60
1.2.3.2. Legitimidade.....	62
1.2.3.3. Interesse.....	65
1.2.3.4. Condições de procedibilidade e notas conclusivas.....	67

14 NULIDADES DO PROCESSO E DA SENTENÇA

1.3.	Sentenças processuais típicas e o art. 485 do CPC.....	70
1.4.	Sentenças processuais atípicas e o art. 485 do CPC.....	75
1.4.1.	Perempção da instância.....	76
1.4.2.	Abandono da causa por mais de trinta dias.....	76
1.4.3.	Perempção.....	79
1.4.4.	Convenção arbitral (compromisso arbitral e cláusula compromissória) ...	83
1.4.5.	Desistência da ação.....	88
1.4.6.	Ação intransmissível – morte da parte.....	95
1.5.	Sentenças de mérito.....	98
1.5.1.	Natureza.....	99
1.5.2.	Classificação (sentenças declaratórias, condenatórias, constitutivas, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais).....	102
1.5.3.	Elementos (relatório, fundamentação e decisório).....	113
1.5.4.	O art. 487, III, <i>a, b, c</i> – Reconhecimento jurídico do pedido, transação e renúncia ao direito.....	118
1.5.5.	Prescrição e decadência.....	124
1.5.6.	Improcedência liminar do pedido.....	128
1.6.	Outras sentenças.....	132
1.6.1.	Sentença que extingue a execução (art. 925).....	132
1.6.2.	Sentença arbitral.....	140
1.6.3.	Acordos extrajudiciais homologados.....	142
02.	NULIDADES PROCESSUAIS.....	143
2.1.	Validade e eficácia – Breve esclarecimento terminológico.....	143
2.2.	Noções propedêuticas sobre nulidades processuais – Principais diferenças em relação ao sistema de nulidades do direito privado.....	154
2.2.1.	Caráter publicístico do regime das nulidades do processo.....	162
2.2.2.	Algumas características usualmente atribuídas às nulidades absolutas e às relativas.....	165
2.3.	A inexistência Jurídica e o Direito Público.....	167
2.4.	Princípios gerais inspiradores do sistema de nulidades no processo.....	171
2.5.	O sistema de nulidades como forma de controle.....	213
2.6.	Espécies de vícios do processo.....	219
2.7.	Atos inexistentes no processo – Meios de impugnação – O problema da "rescindibilidade".....	223
2.8.	O direito positivo brasileiro.....	231
2.9.	Distinção entre os regimes jurídicos das nulidades absolutas e das relativas (anulabilidades) – Inocorrência de preclusão relativamente às nulidades absolutas.....	247
2.10.	Função dos princípios, no plano pragmático.....	254

2.11.	Regime jurídico das nulidades absolutas e relativas, no âmbito recursal	278
2.11.1.	Âmbito da devolutividade da apelação – Efeito translativo.....	278
2.11.2.	Possibilidade de saneamento das nulidades, em sede de apelação (arts. 932, parágrafo único; 938, §§ 1º, 2º, 3º e 4º).....	286
2.11.3.	As nulidades absolutas e os recursos de efeito devolutivo restrito.....	291
2.11.3.1.	Considerações gerais.....	291
2.11.3.2.	Embargos de declaração.....	292
2.11.3.3.	Recursos especial e extraordinário.....	296
03.	SENTENÇAS INEXISTENTES E NULAS – TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO	307
3.1.	Noções gerais – ato inexistente e ato nulo.....	308
3.2.	Vícios intrínsecos (da sentença em si mesma).....	324
3.2.1.	Categorias de vícios que podem macular a sentença.....	324
3.2.2.	Extensão do decisório – Sentenças <i>extra</i> e <i>ultra petita</i>	326
3.2.3.	Ausência (ou defeito) de relatório, de fundamentação, de decisório.....	349
3.2.4.	A falta de fundamentação.....	383
3.2.5.	Exceção de pré-executividade e sentenças juridicamente inexistentes... ..	385
3.2.6.	Efeito suspensivo da ação rescisória e da declaratória da inexistência jurídica da sentença	395
3.3.	Vícios extrínsecos (do processo em que a sentença foi proferida).....	398
3.3.1.	A falta de pressupostos genéricos de admissibilidade do julgamento de mérito.....	398
3.3.2.	O caso específico da ausência de citação.....	403
3.3.3.	Citação de pessoa falecida (ou extinta).....	412
3.3.4.	Citação e teoria da aparência.....	414
3.3.5.	Citação eletrônica	422
3.3.6.	Defeitos do mandado de citação – A ausência da advertência do art. 250, II.....	424
3.3.7.	Ausência de citação, impugnação e embargos à execução contra a Fazenda Pública	426
3.4.	Sentenças rescindíveis.....	428
3.4.1.	Considerações gerais	428
3.4.2.	Ação rescisória e ação direta de inconstitucionalidade.....	433
3.4.3.	Ação rescisória e ação declaratória de constitucionalidade.....	451
3.4.4.	Sentença contrária à Constituição e impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, § 12º, do CPC) – Função rescindente da impugnação ao cumprimento de sentença?.....	453
3.4.5.	A Súmula 343 do STF e a modulação	459
3.5.	Hipótese de cabimento da ação rescisória.....	477
3.5.1.	Fraudes do juiz (art. 966, I).....	477

3.5.2.	Parcialidade do juiz e incompetência absoluta (art. 966, II).....	479
3.5.3.	Conduta inadequada das partes (art. 966, III).....	482
3.5.4.	Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV) e litispendência.....	487
3.5.5.	Violação a norma jurídica (art. 966, V).....	493
3.5.5.1.	Ação rescisória e violação a princípio jurídico.....	496
3.5.6.	Falsidade de prova (art. 966, VI).....	504
3.5.7.	Prova nova (art. 966, VII).....	507
3.5.8.	Erro de fato (art. 966, VIII).....	511
3.5.9.	Desrespeito a Súmula e a julgamento de casos repetitivos.....	514
3.6.	Sentenças nulas, ação rescisória e prazo.....	516
3.6.1.	Termo inicial do prazo para propositura de ação rescisória.....	516
3.6.1.1.	A coisa julgada e a admissibilidade dos recursos.....	517
3.6.1.2.	Existência de mais de uma coisa julgada no mesmo processo...	519
3.6.1.3.	Outros termos iniciais.....	525
3.6.1.4.	O direito canônico e os termos iniciais para a impugnação de sentenças.....	528
3.7.	Mandado de segurança contra coisa julgada.....	531
3.8.	Tutela antecipada em ação rescisória.....	537
3.9.	Sentenças inexistentes (vícios intrínsecos e processos inexistentes).....	540
3.9.1.	Considerações gerais.....	540
3.9.2.	Sentenças e processos juridicamente inexistentes.....	542
3.9.3.	Ação declaratória de inexistência jurídica.....	557
3.9.4.	Fungibilidade entre ação declaratória de inexistência e ação rescisória ...	576
NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO.....		583
BIBLIOGRAFIA.....		593
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		613